

AYMORÉ ROQUE POTTES DE MELLO

**Dos Direitos da
Personalidade
ao Princípio da
Boa-Fé Objetiva
nos Contratos de
Direito Privado**

APROXIMAÇÕES
LUSO-BRASILEIRAS

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

Copyright © 2021 by Aymoré Roque Pottes de Mello

Categoria: Direito Civil

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

M527d

Mello, Aymoré Roque Pottes de

Dos direitos da personalidade ao princípio da boa-fé objetiva nos con-
tratos de direito privado : aproximações luso-brasileiras / Aymoré Roque
Pottes de Mello. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

264 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 239-248.

ISBN 978-65-5510-621-3

1. Direito civil. 2. Dignidade da pessoa humana. 3. Direito da persona-
lidade. 4. Função social. 5. Princípio da boa-fé objetiva. I. Título.

CDD 346

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Resumo	IX
Abstract	XI
Prefácio	1
Apresentação	5
Introdução	7
Capítulo I – Direitos da Personalidade e Postulado da Dignidade da Pessoa Humana nos Contratos de Direito Privado	11
1.1 Direito e direitos da personalidade em perspectiva luso-brasileira: paradigmas	11
1.2 Direitos da personalidade e postulado da dignidade da pessoa humana: aproximações e reciprocidades na teoria do diálogo das fontes.....	22
1.2.1 Direitos da personalidade no século XXI.....	26
1.2.2 Postulado fundamental da dignidade da pessoa humana	44
Capítulo II – Princípios da Função Social e da Boa-Fé Objetiva nos Contratos de Direito Privado	67
2.1 Princípio da função social dos contratos: dimensões constitucionais e juscivilistas	67
2.2 Precedentes históricos do princípio da boa-fé objetiva.....	75
2.3 Estrutura da obrigação como processo e deveres decorrentes da relação obrigacional contratual	85
2.4 Natureza jurídico-instrumental da boa-fé objetiva nos contratos: conceitos indeterminados, princípios, cláusulas gerais, <i>standards</i> de comportamento e precedentes jurisprudenciais	92
2.4.1 Panorâmica no direito obrigacional civil português	101

2.4.2 Panorâmica no direito obrigacional civil brasileiro	111
---	-----

Capítulo III – Estrutura Orgânica e Funcional do Princípio da Boa-Fé Objetiva nos Contratos de Direito Privado 125

3.1 Estrutura orgânico-funcional do princípio da boa-fé objetiva no sistema obrigacional dos contratos	125
3.1.1 Proteção da confiança e boa-fé objetiva no direito das obrigações	126
3.1.2 Princípio da boa-fé objetiva e estado de fato da boa-fé subjetiva	133
3.1.3 Funções estruturais do princípio da boa-fé objetiva	143
3.1.3.1 Função interpretativa e de colmatação	149
3.1.3.2 Função criadora de deveres jurídicos anexos e de proteção	150
3.1.3.2.1 Deveres de lealdade e confiança recíprocos	152
3.1.3.2.2 Dever de assistência e cooperação	152
3.1.3.2.3 Dever de informação	153
3.1.3.2.4 Dever de sigilo ou confidencialidade	153
3.1.3.3 Função de controle e delimitação do exercício de direitos subjetivos	153
3.1.3.4 Desdobramentos da boa-fé objetiva: figuras parcelares e funções defensivas	155
3.1.3.4.1 <i>Venire contra factum proprium non potest</i>	158
3.1.3.4.2 <i>Supressio</i>	159
3.1.3.4.3 <i>Surrectio</i>	161
3.1.3.4.4 <i>Tu quoque</i>	161
3.1.3.4.5 <i>Exceptio doli</i>	162
3.1.3.4.6 Inalegabilidade das nulidades formais	164
3.1.3.4.7 Desequilíbrio e abusividade no exercício jurídico	165
3.1.3.4.8 Cláusula de <i>stoppel</i>	166
3.1.3.4.9 <i>Duty to mitigate the loss</i>	167
3.1.3.4.10 <i>Nachfrist</i>	168

3.2 Panorâmica jurisprudencial sobre o princípio da boa-fé objetiva no Brasil e em Portugal.....	168
3.2.1 Panorâmica jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça brasileiro	169
3.2.2 Panorâmica jurisprudencial do Supremo Tribunal de Justiça português	194
Aproximações Finais	207
Referências	239